

NOVA SÚMULA DO STJ TRATA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE FÉRIAS PROPORCIONAIS

A PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) APROVOU UM NOVO PROJETO DE SÚMULA DE RELATORIA DA MINISTRA ELIANA CALMON. A SÚMULA 386 TRATA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE FÉRIAS PROPORCIONAIS E TEM O SEGUINTE ENUNCIADO: “SÃO ISENTOS DE IMPOSTO DE RENDA AS INDENIZAÇÕES DE FÉRIAS PROPORCIONAIS E RESPECTIVO ADICIONAL”. A ORIENTAÇÃO ISENTA DO TRIBUTO AS FÉRIAS E O UM TERÇO ADICIONAL RECEBIDOS POR TRABALHADOR QUE DEIXA O EMPREGO OU ATIVIDADE COM O PERÍODO NÃO GOZADO.

A MINISTRA ELIANA CALMON TOMOU COMO REFERÊNCIA O ARTIGO 7º, INCISO XVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE GARANTE O PAGAMENTO NAS FÉRIAS MAIS O TERÇO ADICIONAL, E O ARTIGO 146 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT), DETERMINANDO A REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS CORRESPONDENTES QUANDO TRABALHADOR DEIXA O EMPREGO. TAMBÉM FORAM USADOS O ARTIGO 43 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN), COM A DEFINIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, E AINDA A LEI N. 7.713 DE 1988 E O DECRETO N. 3.000 DE 1999.

ENTRE OS PRECEDENTES DO STJ USADOS NO PROJETO, ESTÃO OS RECURSOS ESPECIAIS (RESP) DE NÚMERO 885722, RELATADO PELA PRÓPRIA MINISTRA, E O 985233, DO MINISTRO HUMBERTO MARTINS, AMBOS APONTANDO QUE LICENÇAS-PRÊMIOS CONVERTIDAS EM PECÚNIA, FÉRIAS NÃO GOZADAS, FÉRIAS PROPORCIONAIS E RESPECTIVOS ADICIONAIS NÃO ESTÃO SUJEITAS À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. A RAZÃO É QUE ESTAS NÃO TÊM ORIGEM EM CAPITAL OU TRABALHO, MAS SIM TÊM CARÁTER DE INDENIZAÇÃO. TAMBÉM SEGUEM ESSA ORIENTAÇÃO OUTROS PRECEDENTES UTILIZADOS COMO O AGRAVO REGIMENTAL NO RESP 855873, RELATADO PELO MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, E O RESP 896720, DO MINISTRO CASTRO MEIRA.

COORDENADORIA DE EDITORIA E IMPRENSA

FONTE: [HTTP://WWW.STJ.GOV.BR/PORTAL_STJ/PUBLICACAO/ENGINE.WSP?TMP.AREA=398&TMP.TEXTO=93388](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=93388)

Jane de Oliveira Lapa

Advogada Tributarista especialista em Imposto de Renda